



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.171, DE 2019** **(Do Sr. Carlos Henrique Gaguim)**

Confere a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados \_ IPI para rapadura.

**DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (MÉRITO E ART. 54, RICD); E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD)

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera a tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados incidente sobre rapadura.

Art. 2º. Ficam isentas do Imposto sobre Produtos Industrializados as rapaduras apresentadas sob diferentes formas, com adição ou não de outras substâncias alimentícias, classificadas nos códigos 17.03 e 17.04 da Tabela do IPI (TIPI), aprovada pelo Decreto n.º 7.660, de 2011.

Art.3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### JUSTIFICAÇÃO

Tradicional da Região Norte e Nordeste do País, a rapadura é produto tradicional brasileiro não contém qualquer aditivo químico e possui excelentes propriedades nutricionais.

Experiência realizada pelo Laboratório Farmacêutico de Pernambuco – LAFEPE, que produziu 100 mil pastilhas, de 1 e 4 miligramas, levou o Estado de Pernambuco a adotar tal alimento na merenda escolar, como complemento alimentar.

Outras iniciativas também foram adotadas pelo Governo do Estado da Paraíba, em 1999, ao promulgar a lei estadual n.º 163/99, que autoriza o Poder Executivo a incluir a rapadura na merenda escolar.

Anteriormente em 1997, em nível federal, a CONAB autorizou a Superintendência Regional de Pernambuco a adquirir mais de 500 mil quilos de rapadura para serem destinados aos Estados de Pernambuco, Alagoas e Paraíba, tendo sido consumidos nos meses de dezembro de 1997 e janeiro de 1998.

Além de repor energias e garantir maior disposição, a rapadura apresenta bons níveis de vitaminas, como: A, C, D E, do complexo B e PP e de minerais, como: cálcio, ferro, além de fósforo, potássio, cobre, zinco, manganês e magnésio. Derivada da cana-de-açúcar, a rapadura pode ser usada em substituição do açúcar refinado e, por vezes, é adicionada a demais substâncias, como amendoim, podendo ser apresentada sob diversas formas: pastilhas, barras, grãos ou pó.

Barato e altamente nutritivo tal alimento deve compor a merenda de todas as escolas brasileiras. Apesar de relativamente baixa, a alíquota de 5% do IPI encarece o produto e não se justifica, se considerarmos que o princípio de seletividade da tributação em função da essencialidade do bem, que rege o imposto, deve ser observado.

Por todo o notório, contamos com o apoio dos Nobres Pares desta Casa para a aprovação do Projeto de Lei em tela.

Sala das Sessões, em 28 de maio de 2019.

**Deputado CARLOS HENRIQUE GAGUIM**

#### **LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**

Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG

Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL

Seção de Legislação Citada - SELEC

#### **DECRETO Nº 7.660, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011**

*(Revogado pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016)*

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

A PRESIDENTA DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos I e II do caput do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, no Decreto nº 2.376, de 12 de novembro de 1997, no inciso XIX do caput do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e na Resolução Camex nº 94, de 8 de dezembro de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI anexa a este Decreto.

Art. 2º A TIPI aprovada por este Decreto tem por base a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

## DECRETO Nº 8.950, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

Aprova a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, *caput*, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto nos incisos I e II do art. 4º do Decreto-Lei nº 1.199, de 27 de dezembro de 1971, no Decreto nº 2.376, de 12 de novembro de 1997, no inciso XIX do art. 2º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovada a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, anexa a este Decreto.

Art. 2º A TIPI tem por base a Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM.

Art. 3º A NCM constitui a Nomenclatura Brasileira de Mercadorias baseada no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias - NBM/SH para todos os efeitos previstos no art. 2º do Decreto-Lei nº 1.154, de 1º de março de 1971.

Art. 4º Fica a Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB autorizada a adequar a TIPI, sempre que não implicar alteração de alíquota, em decorrência de alterações promovidas na NCM pela Resolução nº 125, de 15 de dezembro de 2016, da Câmara de Comércio Exterior - Camex.

Parágrafo único. Aplica-se ao ato de adequação editado pela RFB o disposto no inciso I do art. 106 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional.

Art. 5º O Anexo ao Decreto nº 4.070, de 28 de dezembro de 2001, é aplicável exclusivamente para fins do disposto no art. 7º da Lei nº 10.451, de 10 de maio de 2002.

Art. 6º Ficam revogados, a partir de 1º de janeiro de 2017:

I - o Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011;

II - o Decreto nº 7.705, de 25 de março de 2012;

III - o Decreto nº 7.741, de 30 de maio de 2012;

IV - o Decreto nº 7.770, de 28 de junho de 2012;

V - o Decreto nº 7.792, de 17 de agosto de 2012;  
 VI - o Decreto nº 7.796, de 30 de agosto de 2012;  
 VII - os art. 25, art. 26 e art. 27 do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012;  
 VIII - o Decreto nº 7.834, de 31 de outubro de 2012;  
 IX - o Decreto nº 7.879, de 27 de dezembro de 2012;  
 X - o Decreto nº 7.947, de 8 de março de 2013;  
 XI - o Decreto nº 7.971, de 28 de março de 2013;  
 XII - o Decreto nº 8.017, de 17 de maio de 2013;  
 XIII - o Decreto nº 8.035, de 28 de junho de 2013;  
 XIV - o Decreto nº 8.070, de 14 de agosto de 2013;  
 XV - o Decreto nº 8.116, de 30 de setembro de 2013;  
 XVI - o Decreto nº 8.168, de 23 de dezembro de 2013;  
 XVII - o Decreto nº 8.169, de 23 de dezembro de 2013;  
 XVIII - o Decreto nº 8.279, de 30 de junho de 2014;  
 XIX - o Decreto nº 8.280, de 30 de junho de 2014;  
 XX - o Decreto nº 8.512, de 31 de agosto de 2015; e  
 XXI - os art. 2º, art. 3º e art. 4º do Decreto nº 8.656, de 29 de janeiro de 2016.  
 Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2017.

Brasília, 29 de dezembro de 2016; 195º da Independência e 128º da República.  
 MICHEL TEMER  
 Henrique Meirelles

TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS  
 (TIPI) 2017  
 (Baseada no Sistema Harmonizado de Designação e de Codificação de Mercadorias,  
 atualizado com sua VI Emenda)

Capítulo 17

**Açúcares e produtos de confeitaria**

**Nota.**

1.- O presente Capítulo não compreende:

- a) Os produtos de confeitaria que contenham cacau (posição 18.06);
- b) Os açúcares quimicamente puros (exceto a sacarose, lactose, maltose, glicose e frutose (levulose)) e os outros produtos da posição 29.40;
- c) Os medicamentos e outros produtos do Capítulo 30.

**Notas de subposições.**

- 1.- Na aceção das subposições 1701.12, 1701.13 e 1701.14, considera-se “açúcar bruto” o açúcar que contenha, em peso, no estado seco, uma percentagem de sacarose que corresponda a uma leitura no polarímetro inferior a 99,5°.
- 2.- A subposição 1701.13 abrange unicamente o açúcar de cana obtido sem centrifugação, cujo conteúdo de sacarose, em peso, no estado seco, corresponde a uma leitura no polarímetro igual ou superior a 69°, mas inferior a 93°. O produto contém apenas microcristais naturais xenomórficos, não visíveis à vista desarmada, envolvidos em resíduos de melaço e de outros componentes do açúcar de cana.

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)
<b>17.01</b>	<b>Açúcares de cana ou de beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido.</b>	
1701.1	- Açúcares brutos sem adição de aromatizantes ou de corantes:	
1701.12.00	-- De beterraba	5
1701.13.00	-- Açúcar de cana mencionado na Nota de subposição 2 do presente Capítulo	5
1701.14.00	-- Outros açúcares de cana	0
1701.9	- Outros:	
1701.91.00	-- Adicionados de aromatizantes ou de corantes	5
1701.99.00	-- Outros	0
	Ex 01 - Sacarose quimicamente pura	0
<b>17.02</b>	<b>Outros açúcares, incluindo a lactose, maltose, glicose e frutose (levulose), quimicamente puras, no estado sólido; xaropes de açúcares, sem adição de aromatizantes ou de corantes; sucedâneos do mel, mesmo misturados com mel natural; açúcares e melaços caramelizados.</b>	
1702.1	- Lactose e xarope de lactose:	
1702.11.00	-- Que contenham, em peso, 99 % ou mais de lactose, expresso em lactose anidra, calculado sobre a matéria seca	0
1702.19.00	-- Outros	0
1702.20.00	- Açúcar e xarope, de bordo (âcer)	0
1702.30	- Glicose e xarope de glicose, que não contenham frutose (levulose) ou que contenham, em peso, no estado seco, menos de 20 % de frutose (levulose)	
1702.30.1	Glicose	
1702.30.11	Quimicamente pura	0
1702.30.19	Outras	5
1702.30.20	Xarope de glicose	0
1702.40	- Glicose e xarope de glicose, que contenham, em peso, no estado seco, um teor de frutose (levulose) igual ou superior a 20 % e inferior a 50 %, com exceção do açúcar invertido	
1702.40.10	Glicose	0
1702.40.20	Xarope de glicose	0
1702.50.00	- Frutose (levulose) quimicamente pura	0
1702.60	- Outra frutose (levulose) e xarope de frutose (levulose), que contenham, em peso, no estado seco, um teor de frutose (levulose) superior a 50 %, com exceção do açúcar invertido	
1702.60.10	Frutose (levulose)	0
1702.60.20	Xarope de frutose (levulose)	0
1702.90.00	- Outros, incluindo o açúcar invertido e os outros açúcares e xaropes de açúcares, que contenham, em peso, no estado seco, 50 % de frutose (levulose)	5
<b>17.03</b>	<b>Melaços resultantes da extração ou refinação do açúcar.</b>	
1703.10.00	- Melaços de cana	5
1703.90.00	- Outros	5
<b>17.04</b>	<b>Produtos de confeitaria sem cacau (incluindo o chocolate branco).</b>	
1704.10.00	- Gomas de mascar (Pastilhas elásticas*), mesmo revestidas de açúcar	5
1704.90	- Outros	
1704.90.10	Chocolate branco	5
1704.90.20	Caramelos, confeitos, dropes, pastilhas, e produtos semelhantes	5
1704.90.90	Outros	5

## Capítulo 18

### Cacau e suas preparações

#### Notas.

- 1.- O presente Capítulo não compreende as preparações das posições 04.03, 19.01, 19.04, 19.05, 21.05, 22.02, 22.08, 30.03 ou 30.04.

- 2.- A posição 18.06 compreende os produtos de confeitaria que contenham cacau, bem como, ressalvadas as disposições da Nota 1 do presente Capítulo, as outras preparações alimentícias que contenham cacau.

NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA (%)
<b>1801.00.00</b>	<b>Cacau inteiro ou partido, em bruto ou torrado.</b>	NT
	Ex 01 - Torrado	0
<b>1802.00.00</b>	<b>Cascas, películas e outros desperdícios de cacau.</b>	NT
<b>18.03</b>	<b>Pasta de cacau, mesmo desengordurada.</b>	
1803.10.00	- Não desengordurada	0
1803.20.00	- Total ou parcialmente desengordurada	0

.....  
 .....

**FIM DO DOCUMENTO**